

ESSE OBJETO MOVIMENTOS URBANOS: NOVAS E VELHAS QUERELAS (*)

Irllys Alencar Firmo Barreira

INTRODUÇÃO

Não por acaso, nós que pesquisamos e analisamos os movimentos urbanos estamos frequentemente retomando a discussão teórica. Na perspectiva de uma revisão temática da literatura questionamos os parâmetros explicativos com base no enriquecimento empírico das investigações e na necessidade de interligar o caso particular estudado com a realidade mais ampla.

A justificativa para permanentes incursões na Teoria ou nas Teorias, parece óbvia diante da juventude do tema, circunscrito sobretudo a uma conjuntura de mudanças. Contemplamos, perplexos, a efervescência do novo, às vezes emprestando à novidade um caráter ufanista e transformador, ou mais cautelosos e às vezes até céticos, considerando as mobilizações como reflexo de uma modernização da estrutura, uma outra forma de diálogo entre Estado e camadas populares.

Se é possível dizer que a riqueza de um tema está em sua capacidade de produzir polêmica, os movimentos sociais urbanos poderiam ser incluídos no rol dos temas inovadores. De fato, os movimentos urbanos não só mobilizaram setores populares, como também intelectuais preocupados em explicar sua emergência e significação do ponto de vista da transformação social e política.

Os encontros anuais da ANPOCS têm sido palco de inúmeras polêmicas desde os primórdios de constituição dos movi-

(*) Trabalho apresentado ao XII Encontro Anual da ANPOCS e publicado em *Nordeste, o que há de novo*, Natal, novembro de 1988.

mentos urbanos como objeto de investigação. Destacam-se, entre outros, os trabalhos de Machado e Ziccardi (ANPOCS, 1979), Boschi e Valladares (ANPOCS, 1981), Jacobi e Nunes (ANPOCS, 1983), Machado e Ribeiro (ANPOCS, 1984), Kowarick (ANPOCS, 1986).

Além da reflexão específica sobre a questão paradigmática, a preocupação com a explicação teórica perpassa a maioria dos trabalhos, mesmo os voltados para análise de situações concretas.

Ora, se relativizamos a idéia de que os movimentos por si não gerariam tanta polêmica, é possível aventar a hipótese de que eles são sintoma e oportunidade de recuperação de grandes discussões travadas no interior da sociologia e da ciência política. Há, por conseguinte, antigas questões teóricas e problemas de reinterpretação da realidade social que são reavivados nessa discussão, embora nem sempre de forma explícita. No interior das querelas, o marxismo e suas variações constitui o grande interlocutor através do qual são discutidas a explicação dos eventos, a articulação com a ordem institucional (entendida de forma ampla) e a capacidade dos movimentos promoverem mudanças sociais.

Nessa trajetória o objeto movimentos urbanos bebeu em fontes da história, da antropologia e da política. Passeou pelas ortodoxias com desdém ou satisfação na busca de encontrar respostas.

A discussão que pretendemos suscitar não constitui mais uma revisão da literatura, nem tampouco a procura do que poderia ser chamado o verdadeiro paradigma dos movimentos urbanos. Gostaríamos de, no meio a tantas questões de fundo que atravessam as polêmicas, recuperar alguns temas a partir dos quais pode ser pensado esse "obscuro objeto de discussão".

Entretanto, não é possível dizer que as reflexões em torno dos movimentos urbanos apenas explicitaram questões não resolvidas girando em torno do próprio eixo. Ao contrário, há atualmente consideráveis avanços de interpretação que são hoje aquisições teóricas integrantes do que poderia ser chamado paradigma dos movimentos urbanos.

A hipótese ou ponto de vista que nos parece importante conceber, é que as discussões teóricas que envolvem a referida temática não só dizem respeito ao seu caráter recente ou às controvérsias da conjuntura. Há, paralelo a essas questões, novos e velhos dilemas da sociologia que vêm à tona pela emergência dos movimentos sociais.

*O momento de construção do objeto:
a busca de um lugar*

De modo geral, embora o registro de experiências associativas seja antigo, é só a partir de um referencial analítico que os movimentos urbanos passam a ser recuperados e valorizados. É com Castells que as mobilizações cidadãs ganham cores e, reunidas, passam a designar o que ele chama movimentos sociais urbanos, (Castells, 1980).

O referido autor cria um modelo teórico cuja fundamentação enfatiza o papel conflitivo do Estado entre garantidor da reprodução da força de trabalho e protetor da reprodução ampliada do capitalismo monopolista. A existência de novas contradições urbanas expressa a deterioração das condições de vida da população à mercê de um Estado provedor da acumulação capitalista.

A diversidade de situações históricas na América Latina, segundo as pesquisas de Castells, demonstrou formas diferentes de enfrentamento do Estado, levando inclusive o movimento cidadão a se transformar em movimento revolucionário. É que o movimento cidadão, ao contrário das formas clássicas de expressão das lutas sociais, guardava uma nova qualidade: além de expressar um enfrentamento direto do Estado, era amplo o suficiente para abranger camadas diversas da população.

O que as colocações teóricas de Castells introduzem de importante é o reconhecimento de um lugar teórico para conflitos sociais que se diferenciavam da forma clássica de expressão das lutas de classes. Criar um modelo explicativo significou uma reatualização da teoria do conflito de classes, principalmente em situações históricas nas quais a queda relativa dos níveis de vida atuava como elemento detonador de conflitos.

Se a idéia de contradições urbanas referencia o entendimento dos conflitos na cidade, a distância freqüente entre a existência de contradições e sua expressão através de lutas, coloca algumas indagações quando se quer tratar de situações concretas. Em primeiro lugar, a idéia de contradições supõe a existência de novos problemas estruturais. Em segundo lugar, fica a questão de saber por que os conflitos emergem em certas crises e não em outras.

Foi essa tentativa de não perceber as contradições como fator causal explicativo dos movimentos urbanos que tornou

clara a elucidação das conjunturas como fio condutor no desenrolar dos eventos. No caso brasileiro, o momento de abertura propiciou o espaço favorável à expansão de forças sociais contidas durante a ditadura.

O papel da conjuntura direcionava dessa forma um conjunto amplo de investigações, englobando contextos locais e nacionais com as suas especificidades.

Esse foi um caminho necessário e bastante fecundo no sentido de fornecer elementos concretos e dinamizadores de explicações macroestruturais. A "fala" do objeto questionava generalizações apressadas, forçando o caminho no sentido de promover mediações entre o geral e o particular.

É interessante observar, que durante um certo período ocorre a produção de um forte arsenal empírico composto de estudo de casos semelhantes ou diferenciados em suas singularidades. São as formosas trajetórias dos eventos, que vão traçando o rumo das principais lutas reivindicativas urbanas: as lutas por saúde, creche, saneamento, moradia etc.

Na explicação desses acontecimentos percebe-se uma forte influência da antropologia com suas técnicas e modos de apreender as peculiaridade dos estudos de caso investigados em sua grandeza de detalhes. Também a história, com sua abordagem retrospectiva, forneceu elementos para evidenciar o que havia de velho e novo na dinâmica dos fatos. Emerge a importância do discurso dos participantes nos movimentos sociais como elemento fundamental nas motivações e conseqüentes mobilizações.

Se a reconstrução empírica dos eventos preenchia lacunas no sentido de perceber a evidência concreta dos fenômenos, por outro lado produzia outras tantas carências teóricas capazes de superar o conjunturalismo de muitas interpretações. Houve um certo contentar-se com a emergência do novo, que ao enveredar pelo inusitado, não se deixava domar de forma linear pelas grandes teorias.

De modo claro ou não, as investigações apontaram questões cruciais e necessárias de aprofundamento, tais como o papel do Estado, dos interlocutores políticos, das contradições estruturais urbanas, da cultura política e da transformação social.

O que parece ter surgido, como necessidade explicativa da origem e dinâmica dos movimentos urbanos, foi a existência de uma multiplicidade de fatores, os quais dependendo da principalidade e eles atribuída e da forma de sua combinação, ocasionavam modos diferentes de olhar o objeto.

Algumas categorias de análise encontram-se subjacentes ao conjunto das interpretações, sendo passíveis de agrupamento a partir dos seguintes itens:

- 1 — Poder e movimentos sociais urbanos;
- 2 — Cotidiano e totalidade;
- 3 — Movimentos urbanos como sujeito político.

Poder e movimentos sociais urbanos

A natureza política das práticas de contestação na análise dos movimentos sociais encontra-se na capacidade de equacionar o protesto social em torno de problemas que apontam o viver na cidade.

Por esse motivo, a questão da cidadania assume uma característica importante na dinâmica desses eventos na luta pela moradia, por bens e equipamentos coletivos de consumo, por se fazer reconhecer em instâncias representativas ou participar mais diretamente de instituições ligadas ao Estado.

Embora a dimensão política dos movimentos urbanos seja um fato comum constatado pela maioria dos autores que trabalharam essa problemática, as diferenciações são evidentes quando se trata de compreender a sua dinâmica.

Tilman Evers (1984:11-23), um estudioso preocupado em analisar a natureza dos movimentos urbanos, parte do questionamento do poder político enquanto categoria central capaz de explicar esse conjunto amplo de práticas sociais que se constitui de forma irregular, embora articulada.

Supõe o referido autor, que a própria concepção de política deveria ser alargada incluindo a possibilidade de contemplar formações culturais, que não necessariamente estão envolvidas em transformações diretas na esfera central do poder. "Minha impressão é que o elemento novo dos novos movimentos sociais consiste exatamente na criação de pequenos espaços de prática social no quais o poder não é fundamental; e não conseguiremos entender esta potencialidade enquanto a encararmos do ângulo de um poder apriorístico." (Evers, 1984:14).

A ênfase do autor direciona modos de olhar os movimentos sociais urbanos independentes do impacto de suas práticas no âmbito institucional do poder. A idéia que parece fundamental para o autor é o desempenho dos movimentos urbanos no plano da solidariedade, na afirmação de valores da classe dominada e na constituição de sua identidade.

Destaca-se, dessa forma, a importância dessas práticas como força propulsora de uma cultura que, embora fragmentada, serve para impor uma nova direção no interior do sistema dominante: a face oculta ou parte dos fundos da sociedade.

As preocupações de Evers, fundamentais no sentido de apontar formas diferentes de analisar a realidade, têm o perigo de, ao dimensionar um lado efetivo dos movimentos, a saber a cultura, terminem por novamente considerar o poder unicamente na sua dimensão centralizadora.

Supondo-se que a vigência de formas alternativas de sociabilidade, ao lado do exercício de novos valores e regras de solidariedade é um dado constante na história dos dominados, seja no humor rebelde e ingênuo de certas representações populares ou em dimensões culturais que aliam conformismo e resistência (Chauí, 1986), pergunta-se: o novo não estaria na convergência dessas práticas para uma esfera política, mesmo que esta não se restrinja a sua face puramente instrumental e centralizada no Estado?

Pensar nestes termos é compreender a perspectiva da política como um processo, cuja definição depende de tempos históricos distintos que apontam o significado dos estreitos limites que separam esse âmbito de outros existentes da sociedade. Assim, consideram-se pertinentes as observações de Evers, contanto que a ênfase nos elementos socioculturais não termine por via contrária, em recair na separação entre espaços cotidianos e luta pelo poder.

As próprias "indefinições" ou "ambigüidades" dos movimentos, quanto ao fato de assumirem formas variadas de comunicação com o Estado, são provas de que é gestada no interior dessas práticas sociais outra forma de conceber a política e atuar nos seus meandros. De fato, a elaboração da ação política acompanha uma mudança de percepções acerca do seu significado (Lechner, 1982) e Evers tem razão, quando afirma a fragilidade dos instrumentais teóricos para captar ações coletivas que não se enquadram nas formas tradicionais de refletir a realidade.

Numa óptica inversa, Ruth Cardoso (1983) chama atenção para a forma como a temática dos movimentos urbanos foi reconstruída, enfatizando sobretudo a natureza dinâmica da sociedade civil em oposição ao Estado. Na medida em que a análise dessa temática colocou o Estado autoritário como eixo central para onde convergiam as reivindicações, as interpretações acerca da relação Estado e movimentos sociais empobreceram a noção dessa instituição, definida, dessa forma, como pólo antagô-

nico dos movimentos. Conseqüentemente, houve a valorização do espontâneo e das manifestações na sociedade civil como expressões de uma natureza nitidamente popular e distante das articulações políticas com o Estado.

O que a autora quer demonstrar é a natureza contraditória e complexa da relação entre movimentos urbanos e poder político, que não se move por uma essência democrática que vem do povo, ou autoritária que vem do Estado. O aspecto original dessas reflexões está em atentar para os perigos de se cair nas armadilhas de uma projeção ideológica que termine por obscurecer o papel real desempenhado pelos movimentos urbanos.

Nesse sentido, a autora propõe uma análise concreta da relação entre Estado e Movimentos Sociais capaz de reverter concepções previamente formuladas que impeçam observar a capacidade de os movimentos serem inclusive incentivados pelo próprio Estado.

É preciso considerar, no entanto, que a percepção dos estudiosos, ao enfatizarem a natureza espontânea de alguns movimentos, não se cria em cima de nada. O próprio discurso de grande parte dos movimentos enfatiza a justeza de estar de costas para o Estado, tendo em vista a idéia introjetada da política como "coisa suja" ou lugar inacessível à participação popular.

As dificuldades colocadas pelos pesquisadores no sentido de analisar a relação entre a política e movimentos urbanos apontam, não só para a fragilidade de instrumentos teóricos, como também para a necessidade de encontrar a relação entre a política elaborada no cotidiano e a política centralizada nos mecanismos institucionais de poder.

Essas questões remetem ao item posterior, referente à articulação do cotidiano enquanto prática de um fazer-se permanente e a categoria totalidade, compreendida como ordenação e ligação dos fatores que estruturam a vida social e política.

Cotidiano e Totalidade

A articulação entre política e cotidiano é fundamental! não só do ponto de vista da análise dos movimentos urbanos, mas também de outras práticas de organização e contestação.

Quando os movimentos urbanos aconteceram em distintas regiões do País, no princípio da abertura política, algumas questões tornaram-se evidentes: a visibilidade de um processo de resistência que parecia acabado frente ao papel repressor da

ditadura, a existência de formas de organização variadas com base numa vivência peculiar fora dos parâmetros institucionais do poder central. É diante desse quadro que a maioria dos trabalhos de investigação sobre movimentos sociais explicitam o novo acontecer como emergência de todo um lado oculto tanto no plano das evidências empíricas quanto das analíticas.

Nesse sentido, o cotidiano passou a ser um grande alvo de olhar, demonstrando todo um sintoma de mal-estar sentido perante os aparelhos políticos. Ao mesmo tempo, enquanto negação, ele apareceu como sendo a outra face da moeda, espaço a ser resgatado no sentido da criação de uma outra ordem social.

A ênfase nas análises conjunturais, exemplificada em inúmeros estudos de caso, recuperou todo um arsenal de situações com elementos importantes a serem repensados, do ponto de vista dos pressupostos gerais de interpretação. Emergia desse contexto a necessidade da compreensão dos movimentos como lugar de resistência ligados à dinâmica geral da reprodução e da transformação sociais.

A esse respeito, a compreensão da totalidade como instância teórica coloca a seguinte questão: como ultrapassar a história das práticas e das representações e elaborar a teoria? Ou melhor, como a vigência dessas práticas conduzem a um repensar da teoria?

Mais do que em outras temáticas de investigação, a reflexão sobre os movimentos sociais chama atenção para elementos de ação coletiva que não se enquadram em uma formulação conceitual prévia semelhante a um cenário já montado.

A falsa dicotomia apontada por Lefebvre (1973:20) entre o vivido sem conceito e o conceito sem vida reflete muito bem a preocupação de Evers acerca da necessidade de pensar em que aspectos os movimentos sociais subvertem as categorias teóricas disponíveis.

Na realidade, a emergência dos movimentos sociais chama atenção para este grande vivido que retorna à cena como parte do espetáculo que foi esquecida.

É, sobretudo, a partir de uma incorporação desse vivido à reflexão teórica que Lefebvre define a dimensão da categoria de totalidade.

“É, portanto, impossível atacar separadamente a cultura, ou o discurso, ou o saber. Resta-nos, pois, como único caminho, regressar ao global, vericarmos o que desde o início já suspeitávamos: o Total foi e continua a ser mal concebido. A identificação tautológica (ou “tautologisante”) entre Totalidade e Sistema perturbou o pensamento; se o advento do sistema só pode dar-se

no fim, é porque ele é objeto de ação, objetivo de uma *estratégia* (grifo do autor). É que o Sistema vai-se efetuando, em vez de se apresentar no princípio, re(a)presentando-se em seguida." (op. cit.:89).

Considerando-se que a evidência das análises sobre movimentos urbanos reforçou a dimensão histórico-conjuntural, recuperar a totalidade segundo a conceituação de Lefebvre repõe o problema da articulação entre o conjunto de práticas, suas representações e a explicação teórica.

É no interior dessa discussão que Touraine (1978) pensa os movimentos urbanos como expressão mais evidente da historicidade que constitui o conceito básico a partir do qual é preciso repensar a totalidade social. Pensar a sociedade como um conjunto amplo de relações e movimentos sociais de criação cultural e lutas políticas significa para o referido autor recompor a dimensão de totalidade a partir de um ângulo, capaz de colocar os diversos atores no centro do palco social. O cenário dessa perspectiva, não se reduz a uma lógica predeterminada, de vez que as condutas sociais não são simples respostas à situação já dadas mas elas próprias criam o acontecer social. Considerando que as ações sociais comandam o objeto de investigação, as relações sociais, expressão dos conflitos de classes, constituem o cerne da análise. É nesse sentido que dominação e resistência passam a ser dimensões que se configuram em um quadro de relações de forças que negam a história de determinações culturais e econômicas, pressupondo um devir histórico anterior à construção da realidade.

É na vigência desses novos atores históricos, expressão dos conflitos de classes, que não são agentes passivos de uma contradição, que Touraine espera encontrar o fio condutor explicativo das lutas e movimentos sociais característicos da nova sociedade pós-industrial.

As várias nuances que configuram essa dimensão de totalidade foram tematizadas sob diversos ângulos. As opções teóricas oscilam sobre a ênfase no processo de resistência presente nas práticas sociais dos movimentos ou os mecanismos de abertura viabilizados pelo Estado no sentido de propiciar a legitimação dos espaços de conflito.

A possibilidade de aglutinar esse conjunto de questões não se efetiva pela simples constatação de que a virtude está no meio. Sabe-se que, dependendo da ótica de interpretação, as conseqüências no plano da análise teórica não são conciliáveis.

A sugestão de Lefebvre no sentido de apontar a importância da reprodução e da resistência como aspectos fundamentais

da observação analítica permite avançar as interpretações para além das representações imediatas.

Realmente, o que a conjuntura histórica parece haver demonstrado é toda a vigência de uma cultura política e de uma experiência de organização coletiva que não se explica unicamente a partir dos canais representativos instituídos. Trata-se da elaboração de experiências que navegam em distintos afluentes, que politizam a vida cotidiana repondo em outros parâmetros a ligação entre organização coletiva e representatividade institucional. As diferentes conjunturas demonstram graus de visibilidade na explicitação dos conflitos e na dinâmica das lutas de classes que têm no urbano um lugar privilegiado de manifestação.

O relativo descolamento da política dominante e da ação coletiva organizada que aparece no nível das representações é, por outro lado, também, efeito imediato do pensamento ideológico que constrói um lugar específico para fazer política. Uma visão abrangente aponta, no entanto, a necessidade de um olhar que se particulariza para entender o outro mas se amplia para entender o conjunto.

Movimentos urbanos como sujeito político

A temática dos movimentos urbanos como sujeito político evoca uma das questões mais cruciais na sociologia. Notadamente na tradição marxista o papel do sujeito na transformação social e as polêmicas decorrentes que priorizam o determinismo ou voluntarismo, ao lado das recentes teorias que priorizam o "desaparecimento dos sujeitos" perpassam o conjunto das interpretações que também influenciam na análise dos movimentos urbanos.

É possível identificar na perspectiva analítica dos vários trabalhos que tratam os movimentos sociais duas situações típicas:

— Uma referente à compreensão dos movimentos urbanos enquanto papel transformador e impactante sobre o Estado e a conjuntura:

— Outra situação que visualiza os movimentos sob a ótica de uma modernização da esfera institucional, sendo essa expressão da incorporação das demandas populares no exercício democrático da política.

Evidente que a partir dessas posições bipolares nenhuma interpretação poderia ser plenamente identificada porque as

análises, em maior ou menor grau, atravessam essas concepções mas não de forma tão polarizada.

Os estudos que se aproximam da primeira situação enfatizam a emergência dos movimentos como sujeito político, recuperando o caráter de novidade das lutas urbanas com maior atinco. O ponto de vista dos atores é usualmente enfatizado, sendo suas práticas sociais analisadas, seja pela sua especificidade discursiva, seja pela capacidade de produzir uma outra cultura política independente dos padrões ideológicos dominantes.

No segundo caso, os movimentos sociais estão inseridos de forma mais abrangente no sistema global, havendo uma ênfase maior no papel do Estado e das instituições, consideradas em maior ou menor grau agências promotoras de mudanças sociais.

As interpretações opostas aqui colocadas de modo simplificado são simultaneamente eficazes e lacunares na prioridade de determinadas questões.

Se a ênfase nos movimentos urbanos enquanto sujeito político permitiu com eficácia desvendar a riqueza do objeto para além das formas convencionais, priorizando a dimensão da ruptura ou descontinuidade, por outro lado criou riscos de uma visão segmentada do real. Há, por exemplo, nessa perspectiva, uma facilidade de valorizar o aspecto mais aparente das manifestações. Isso permitiu com muita rapidez caminhar desde a perplexidade de efusão dos eventos até o pessimismo das épocas de maré calma.

Por outro lado, a ênfase na compreensão dos movimentos sob a ótica da esfera institucional arriscou considerar as práticas de contestação em uma versão continuísta da realidade, atribuindo ao próprio sistema social uma capacidade renovadora sob a ótica do capital ou da esfera política.

O conjunto dessas questões ao lado de suas motivações iniciais diz respeito também à forma não muito explícita de lidar com o velho tema da relação entre movimentos e transformação social. Nunes e Jacobi apontam essa dificuldade quando se referem à perda gradativa das preocupações analíticas em relação à sociedade global e o processo de transformação social (VII ANPOCS).

As articulações entre o objeto movimentos urbanos e a totalidade social são também consideradas problemáticas por Machado Silva (ANPOCS X) quando afirma que a análise dos movimentos urbanos tirou poucas lições da observação de suas próprias manifestações, a enfatizar essa temática unicamente da ótica das análises tradicionais.

Coloca-se, pois, como tarefa para compreensão teórica do papel dos movimentos urbanos inseri-los em uma história social, capaz de apreender tanto o seu caráter de novidade como suas interligações com esferas amplas da estrutura.

Se os diferentes sujeitos sociais não são objetos cegos de uma história predeterminada, tampouco são voluntários absolutos da verdade acima de qualquer limite. A criação e a repetição são dimensões simultâneas de um processo que se refaz constantemente na conjuntura.

Em se tratando de movimentos sociais, as ações coletivas não se deduzem da estrutura e de alguma forma se "separam" da teoria pelo simples fato de não ser possível prever a ação humana.

É nesse sentido que se tornam compreensíveis as colocações de Thompson acerca da forma de constituição do social: "A experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença." (Thompson, 1981).

O que os movimentos sociais reivindicam da teoria não é simplesmente a flexibilidade dos esquemas interpretativos, mas o momento de passagem do acontecimento à interpretação.

Anterior, entretanto, à ampliação ou elaboração de novos conceitos, existe a questão epistemológica colocada pelos movimentos sociais de compreender as lutas de classes em seus diferentes matizes e o Estado nos processos de comunicação com a esfera cotidiana. Ressalta-se a dimensão conflitiva da tradição e resistência que faz e refaz o acontecer social.

A complexidade dos processos históricos coloca a importância das relações de forças e sua dinâmica no contexto da reprodução social. Assim como as situações de resistência comandam estratégias diversificadas de organização social, também o próprio Estado elabora e moderniza formas de comunicação, promovendo fenômenos que não podem ser caracterizados simplesmente como cooptação.

As diferentes conjunturas sociais demonstram o quanto os modos de fazer e pensar a política sofrem deslocamentos e, portanto, interferem na dinâmica dos conflitos de classes. Nessa

perspectiva, dimensões dos movimentos sociais se explicitam ou se ocultam, construindo a trajetória dos eventos. A característica sociocultural que se apresenta de forma mais nítida nos movimentos sociais recentes, como aponta Evers, revela, sem dúvida, uma face oculta que não é a única.

A pesquisa que realizamos em Fortaleza (1988) indica que os movimentos sociais difundem-se em momentos de valorização das organizações independentes, seguido de outros articulados ao Estado. O processo de repolitização desse espaço cotidiano significa para os movimentos sociais a busca de referentes próprios que negam o poder instituído.

Ora, se os pressupostos analíticos só dispusessem seus instrumentos de investigação para compreender ações coletivas dentro dos marcos institucionais de expressão política, toda essa perspectiva cultural simbólica ficaria fora do alcance do olhar. Também, em outras circunstâncias nas quais as articulações com o Estado estivessem evidentes, a procura de valorização de "Práticas coletivas independentes" certamente seria tendenciosa.

A forma como se tentou compreender a elaboração de um espaço político onde os movimentos criam e são criados aponta as mediações entre estrutura e conjuntura. No horizonte das reflexões é importante apreender o movimento e o não movimento como elementos constitutivos da continuidade e ruptura da ordem social.

Retorno à teoria

A expectativa desenvolvida sobre quem se dispõe a discutir o "paradigma" dos movimentos urbanos é a criação ou afirmação de uma perspectiva teórica formulada de modo a resolver as questões colocadas. A esse respeito cabe aqui uma declaração de modéstia, que inclusive permite reconhecer as dificuldades teóricas em resolver o conjunto amplo de questões, em parte suscitadas pelo objeto "movimentos urbanos", articuladas a outros problemas herdados do marxismo e do que poderia ser denominado crise da interpretação sociológica.

Creemos que a discussão dos movimentos urbanos não passa ao largo das questões que ocorrem no pensamento teórico europeu.

Guardadas as devidas proporções é possível encontrar semelhanças entre os problemas que vimos discutindo e as polémicas ocorridas na Europa, sobretudo a partir de 1968. Ferry

e Renault (1988), em recente trabalho apontam questões de natureza filosófica e política, recuperadas sobretudo através de pensadores como Touraine, Bourdieu, Lefort, Castoriadis, Foucault e Thompson, os quais, em maior ou menor grau, têm influenciado o pensamento político-social brasileiro.

Perry Anderson (1983), preocupado com o destino teórico do marxismo e a proclamação de sua crise, nomeada por alguns pensadores, fala das mudanças de interpretação da realidade social acontecidas principalmente na década de 70.

É importante considerar que a temática dos movimentos urbanos ressurgiu no Brasil no momento em que alguns princípios explicativos de construção da realidade sociopolítica estão postos na mesa.

Cardoso (1973) aponta os dilemas explicativos da Teoria social para responder questões do âmbito da política brasileira: ... "E a teoria social vai-se fazendo pela somatória de surpresas que são racionalizadas depois de ocorridas. Os mais tradicionalistas ou mais ingênuos, submetem os processos ocorridos à mecânica da retorta: recortam a história tortuosamente e fazem-na caber nas apertadas vestes do modelo ideológico de sua preferência. Ora continuam sustentando as grandes hipóteses do estruturado funcionalismo com sua racionalização crescente das sociedades e com modernização sustentada pelo avanço da tecnologia industrial como base do otimismo da mudança evolutiva; ora terminam por ligar — sabe Deus por que caminhos tortuosos se escreve a história da verdade — os mais disparatados movimentos sociais e processos políticos à lógica da acumulação e ao papel progressista da classe operária; ora deixam entrar em cheio na teoria social as mais caprichosas teses sobre o papel da vontade na história e do componente irracional e impensável que existe na vida dos homens".

Essa citação nos diz dos impasses da reflexão teórica, mar de águas turbulentas por onde navegam os movimentos sociais urbanos.

O início de nossos debates aponta as dificuldades em trabalhar as contradições urbanas adotadas a contextos regionais e conjunturais. Talvez seja possível afirmar que a busca de especificidades que aparecem nas discussões anteriores sobre o fenômeno da marginalidade, a teoria da dependência enquanto processos peculiares da sociedade brasileira ressurgem na temática dos movimentos sociais urbanos.

Se há um novo na emergência dos movimentos, há também uma busca do novo na teoria que nem sempre é enfrentada de modo claro.

Em tom provocativo, pode se dizer que os movimentos urbanos aparecem como aquela espécie de "filho rebelde" que rompe com algumas dimensões explicativas da teoria política clássica mas não sabe defrontar-se de modo claro com as referências antecedentes.

Ora, uma das conseqüências do não enfrentamento dessa discussão é a permanência de antigas questões vestidas em novas roupagens. A versão da classe operária como agente pré-definido da grande transformação é substituída pela grandeza também pré-definida das pequenas, porém eficazes, ações dos movimentos sociais. Não há nesse caso o enfrentamento de estatutos teórico e político de transformação social, mas um simples alocar-se de questões.

O conceito de conjuntura aparece muitas vezes como substituto ao de estrutura, na medida em que cristaliza uma espécie de cena já montada na qual os atores vão representar uma peça. Embora o conceito de conjuntura apareça como algo dinâmico, muitas vezes aponta um modo de olhar a sociedade com uma estruturação lógica e combinada de variáveis de natureza econômica, política e social.

A esse respeito as reflexões de Bourdieu (1983:176) têm um conteúdo explicativo relevante:

"É tão verdadeiro quanto falso dizer que as ações coletivas produzem o acontecimento ou que elas são seu produto. Na verdade, elas são o produto de uma *conjuntura*, isto é, conjunção *necessária* das disposições de um *acontecimento objetivo*. A conjuntura política (por exemplo) revolucionária só pode exercer sua ação de estímulo condicional atraindo ou exigindo uma resposta determinada dos que a apreendem enquanto tal, sobre aqueles que estão dispostos a constituí-la enquanto tal porque são dotadas de um determinado tipo de disposições passíveis de serem redobradas e reforçadas pela tomada de consciência, quer dizer, pela posse, direta ou mediata, de um discurso capaz de assegurar o domínio simbólico dos princípios praticamente dominados do *habitus* de classe" (grifo do autor).

É na confluência de elementos de ordem econômica, política e cultural que se torna possível encontrar caminhos para a explicação da emergência de movimentos urbanos. Trata-se não de desconsiderar a importância das características objetivas da produção capitalista e seus efeitos na estruturação e conflito entre as classes. Tampouco é o caso de desconhecer a importância dos centros de decisão do poder enquanto disciplinadores dos espaços virtuais de conflito.

A esse respeito, também, as formulações de Thompson (1979:34) são fundamentais no sentido de apontar as contradições sociais não como fatores determinantes das ações de classes, mas mediadas pela forma como os agentes sociais vivenciam suas condições objetivas. Na medida em que as classes são configuradas pelas lutas históricas, a experiência dos conflitos irá demarcar os limites e contradições que as separam.

A idéia da história como processo coloca o acontecimento como eixo central, a partir do qual as distintas determinações se encontram. Não como leis, mas exercício de pressões sociais e fixação de limites.

A experiência, enquanto condensação de todo processo histórico, não supõe a dominância da empiria, mas a possibilidade de examinar todos os sistemas complexos e elaborados que estruturam a vida e a consciência social.

Pensando a questão para explicar a emergência dos movimentos urbanos, é possível considerar que as contradições econômicas que se expressam em desigualdades urbanas só se transformam em conflitos sociais quando são experimentadas e vivenciadas como necessidades não atendidas. É por esse motivo que as práticas de contestação vêm acompanhadas de uma desnaturalização da vida cotidiana, o que faz com que a experiência de morar, ter acesso a transporte, bens coletivos de consumo, transforme-se em exigências fundamentais à sobrevivência cotidiana.

Dessa forma, as lutas sociais são permeadas de percepções críticas sobre a realidade fundamentadas em discursos onde novos valores éticos passam a indicar referências de melhores condições de vida. Os discursos formulados por movimentos urbanos que se fundamentam na conquista da cidadania por meio da efetividade de direitos sociais, são provas da articulação entre reivindicações sociais e formulação de novos valores. Por outro lado, as próprias exigências de modificações na estruturação do espaço urbano, na regulação de benefícios públicos e na participação nas decisões políticas não se originam somente das camadas desprivilegiadas. É possível detectar no momento da emergência de mobilização uma intensa politização do urbano, entendida como a situação em que a crítica à gestão e distribuição dos bens de consumo coletivos ganha um lugar de expressão social. A politização do urbano ocorre no plano institucional mais amplo no qual forças sociais de oposição produzem a crítica ao urbano e, no plano particular das relações cotidianas, entre moradores da periferia.

Um caminho metodológico sólido para explicar os movimentos sociais urbanos passa, assim, tanto pelo quadro das contradições sociais como pela análise da forma como a sociedade vai se abrindo e dimensionando seus conflitos a partir de referências que elegem o urbano como lugar de protesto político.

A compreensão dos movimentos urbanos como sujeito político, a problemática da transformação social e a inserção dos movimentos urbanos na totalidade social são questões de fundo que acompanham a trajetória dos eventos referidos, necessitando de serem trazidas à luz do dia. Não simplesmente como reflexões do passado a serem exorcizadas, mas como parte de nossa trajetória complexa e permanente de construção e reconstrução do pensamento social.

O papel da psicologia tem também influência na análise interpretativa dos movimentos urbanos. Observa-se atualmente que a reflexão sociológica caminha pelas trilhas da antropologia e da história, abrindo-se para outras dimensões da realidade. Esse mergulho em outras áreas do conhecimento é sintoma de que o caráter global e esquemático que caracterizou durante muito tempo a abordagem sociológica impedia a percepção das nuances ou mediações características dos fatos sociais.

Com relação aos movimentos sociais os conceitos de cultura, imaginário, cotidiano entre outros, foram recuperados ao interior da análise, funcionando como uma espécie de colchão amortecedor das grandes variáveis explicativas dos eventos sociais. O cotidiano aparece desse modo como expressão de uma nova cultura política reativa ao populismo e às formas convencionais de expressão popular (Warren, 1987).

Nesse sentido é possível dizer que os movimentos urbanos passam a constituir um objeto multidisciplinar, agregando dimensões específicas de outras áreas do conhecimento, a fim de dar conta da heterogeneidade dos eventos e suas formas variadas de expressão.

Movimentos urbanos: um paradigma em formação?

A reivindicação de um paradigma para os movimentos sociais tantas vezes colocada por investigadores dessa problemática não deve desconhecer alguns referenciais básicos que hoje compõem esse objeto de análise.

As práticas variadas, bem como as formas de expressão dos movimentos urbanos, apontam para a articulação de fatores de ordem cultural, econômica e política como parte da dinâmica desses eventos.

Creemos, no entanto, que a conjugação desses fatores não pode ser pensada como um simples "agregar-se" no sentido de preencher os vazios deixados por categorias incompletas. Subsiste ainda a necessidade de pensar o papel desses elementos na dinâmica do processo de produção e reprodução da sociedade na qual os movimentos urbanos estão circunscritos. A partir dessa perspectiva pode tornar-se possível detectar o sentido e a direção dos movimentos para além de sua expressividade mais imediata.

O caráter de temporalidade dos movimentos, colocado pela grande maioria dos estudiosos, indica a possibilidade de pensar os movimentos sociais urbanos como manifestação das lutas de classes, relativas não só ao ambiente de trabalho, mas ao modo de vida na cidade. Nesse sentido é primordial a reflexão sobre as carências sociais emergidas nesse novo tempo como fator que direciona expectativas de vida, utopias e a própria gestão do Estado.

O papel das conjunturas sociopolíticas como fator relevante explicativo tem sido uma das aquisições teóricas indicadoras do que se poderia denominar de paradigma. Ressalte-se a compreensão da formação de um "tempo político de contestação" que serve de mediação entre a situação objetiva estrutural e os elementos calcados no plano das representações coletivas. De fato, a riqueza das investigações sobre as variadas conjunturas explica o modo como os movimentos vão efetivando suas práticas, ao mesmo tempo absorvidas, ou não, pela expansão e modernidade das políticas públicas.

A recusa à caracterização de cooptação ou autonomia dos movimentos como categorias absolutas e excludentes torna claro que os agentes não são sujeitos absolutos de sua vontade de fazer história, nem tampouco objetos da história feita por outros. Esse é ponto enfatizado por diversos estudiosos que se detiveram na articulação entre movimentos urbanos e políticas sociais independente de conclusões polarizadas do tipo cooptação ou esvaziamento (Ribeiro, ANPOCS VIII).

Um dos elementos também relevante na elaboração de um paradigma é a valorização da cultura política enquanto referencial que agrega as motivações de organização e contestação, relacionando a vivência cotidiana com a perspectiva institucional.

Finalmente, um aspecto importante de incorporação teórica à análise dos movimentos urbanos refere-se à conjugação de fatores de ordem subjetiva e objetiva. Esse é um ponto nem sempre explicitado nas análises, que aparece através de termos como "motivações", "subjetivação das carências", "transformação das contradições em desejos", "criação de identidades" etc. No plano concreto das investigações o elemento subjetivo aparece na recuperação do discurso dos informantes através de histórias de vida.

Essa incorporação do elemento subjetivo suscita também a necessidade de vincular as representações do social com as dimensões de natureza histórica concreta. Trata-se de pensar o imaginário como parte integrante do real e não como fenômeno à parte ou dedutivo das condições objetivas.

Que tipo de reivindicação teórica fazemos quando formulamos a necessidade de um paradigma?

Penso que perseguimos a formulação de um lugar teórico capaz de absorver esses novos eventos sócio-políticos sem se deixar arrastar unicamente pela maré das perplexidades. As contribuições teóricas encontram-se inclusive diluídas em muitas das interpretações que aparecem no conjunto dos trabalhos enunciados.

Entretanto, almejar um paradigma como conhecimento consensual explicativo dos movimentos urbanos é uma utopia. Também pretender que a teoria dos movimentos urbanos resolva questões da práxis política que marcam nossa tradição ou modo de pensar é impossível.

Procuramos destacar nesse trabalho a importância de manter um diálogo com antigas e novas questões que se desenrolam no interior desse campo temático, capaz de absorver continuidades e rupturas com os modos de pensar nossa realidade social.

Esse, talvez, seja o espaço possível da construção permanente, e nunca definitiva, de um paradigma. As querelas são parte dessa trajetória porque o próprio pensar é também um movimento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo, introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.
- BARREIRA, Irllys. *Refazendo a política: as múltiplas faces do movimento social urbano*. (Tese de doutorado). São Paulo, USP, 1988.

- BOSCHI, Renato Raul & VALLADARES, Lícia do Prado. "Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado", *V Encontro Anual da ANPOCS*, Friburgo, 1981.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Regime político e mudança social" em *Revista de Cultura e Política*, n.º 3, CEDEC/Paz e Terra, São Paulo, 1981.
- CARDOSO, Ruth. *Movimentos sociais urbanos: balanço crítico em Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.
- CASTELLS, Manuel. *Cidade democracia e socialismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia, o discurso competente e outras falas*, São Paulo, Ed. Moderna, 1981.
- EVERSTILMAN — Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais, *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 4, São Paulo, 1984.
- FERRY e RENAULT. *Pensamento 68, ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*, S.l., Ed. Ensaio, s.d.
- JACOBI, Pedro, NUNES Edison. "Movimentos sociais na década de 80: Mudanças na teoria e na prática. *Espaço e Debates*, 10, São Paulo, Ed. Cortez, 1983.
- KOWARICK, Lúcia. *Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo uma análise da literatura*. (Trabalho apresentado na X Reunião da ANPOCS em outubro de 1986.)
- LECHNER, Nobert. *Que significa hacer politica?* In: Lechner (org.) *Que significa hacer politica?* Sime, Ed. Descó, 1982.
- LEFEBVRE, Henri. *A reprodução das relações de produção*. Porto, Ed. Escorpião, 1973.
- MACHADO DA SILVA, Luis Antonio, RIBEIRO, Ana Clara, T. "Paradigma e movimento social: por onde vão nossas idéias", *VIII Encontro Anual da ANPOCS*, São Paulo, 1984.
- . *Para pensar o paradigma dos movimentos sociais urbanos*. (Trabalho apresentado na X Reunião da ANPOCS, outubro de 1986.)
- ORTIZ, Renato, FERNANDES, Florestan. *Pierre Bourdieu*. São Paulo, Ed. Ática, 1983.
- THOMPSON, Edward P. *Tradicion, revuelta y consciencia de clase* — estudos sobre la crisis de la sociedade pre industrial. Barcelona, Ed. Crítica, 1979.
- . *A miséria da teoria, ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1981.
- TOURAINÉ, Alain — *La voix et le regard*. Paris, Editions du Seuil, 1978.
- WARREN, Ilse. "O caráter dos novos movimentos sociais". In: *Uma revolução no cotidiano?* os novos movimentos sociais na América do Sul, org. Krischke, Paulo e Warren, Ilse. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.